



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNB: ANÁLISE DE MONOGRAFIAS SOBRE QUESTÃO RACIAL ENTRE 2007 E 2017

Dyana Helena de Souza¹
Lucélia Luiz Pereira²

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a produção de monografias (2007 a 2017) sobre questão racial no curso de serviço social da UNB e as suas implicações para a atuação profissional. Das 499 monografias disponibilizadas, apenas 27 apresentavam a temática racial. Propõe-se a ampliação do debate com outras instituições de ensino juntamente com a articulação dos espaços socio-ocupacionais.

Palavras-chave: Questão racial; Serviço social; Formação profissional.

Abstract: This study aims to analyze the production of monographs (2007-2017) on racial issue in the course of social work of the UNB, and its implications for professional performance. Of the 499 monographs made available in the 10 years, only 27 presented the racial theme. Proposed to expand the debate with other educational institutions together with the articulation of socio-occupational spaces.

Keywords: Racial issue; Social work; Professional training.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é oriundo de um Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em serviço social da Universidade de Brasília, motivado a partir das discussões realizadas na disciplina Gênero, Raça/etnia e Política Social.

A lacuna sobre o ensino e discussão da questão racial na formação tem sido problematizada em sua maioria pelos estudantes negros do curso que estão realizando suas monografias relacionadas à temática, a partir de diversas áreas. Sem dúvida, a análise pelos estudantes negros da limitada produção de conhecimento na temática racial bem como uma centralidade na discussão de classe vem apontando a necessidade de se aperfeiçoar a formação e a produção de conhecimento. Ao longo do referencial teórico apresentado foi possível compreender a forma como a sociedade brasileira está construída e como ela ainda é refém do mito da democracia racial, que tem sido mantido pela branquitude (RAMOS, 2016).

O Estado Brasileiro nasceu racista! Por isso, precisamos compreender como o Racismo Institucional (RI) está presente nas universidades que ainda são espaços

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade de Brasília. E-mail: dyana_4521@hotmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade de Brasília. E-mail: dyana_4521@hotmail.com.

reprodutores de um pensamento eurocêntrico. A universidade é mais um espaço em que a branquitude usufrui de seus privilégios na produção de conhecimento científico, portanto, será necessário pensar no modelo de ensino que a universidade tem reproduzido.

Mesmo com iniciativas relacionadas às políticas sociais, as desigualdades raciais ainda persistem, e o “desafio de construção de uma sociedade onde o Estado e as políticas públicas beneficiem, de forma geral e abrangente, o conjunto da população, parece estar, no caso brasileiro, diretamente associado ao enfrentamento da questão racial (JACCOUD, 2008, p.60)”.

No que se refere à formação em serviço social, os instrumentos normativos que dão materialidade ao Projeto Ético-Político são o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão, visam dar sustentação legal ao exercício profissional (CFESS, 2011), objetivando “fortalecer e respaldar as ações profissionais na direção de um projeto em defesa da classe trabalhadora e que se articula para construção de uma sociedade anticapitalista (p.14)”. Os princípios V, VI, VIII e XI, do Código de Ética estão relacionados com a questão racial, quando se admite um posicionamento em favor da equidade e justiça social; o empenho da eliminação ao preconceito e reconhecendo que a participação de grupos socialmente discriminados é essencial para o alcance desse princípio. Admite-se também a defesa de um projeto profissional vinculado a um projeto societário, e que para isso é necessária uma sociedade sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) aprovou em 2014 por unanimidade “a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social, que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, etnia/raça, sexualidade e geração”, afirmando que é necessário compreender a “questão social mediada dialeticamente por tais relações”:

Sabemos que os conflitos e antagonismo de classe são fundantes da questão social. As classes sociais, todavia, são mediadas e constituídas por outras relações sociais. Trata-se de entender as classes sociais em uma perspectiva de totalidade, ou seja, elas não se esgotam em si mesmas, mas estão correlacionadas com outras relações sociais. Nesse sentido, compreendemos que da mesma forma que não podemos isolar as análises sobre geração, sexo/gênero, raça/etnia e sexualidades das relações de classe, não podemos desconsiderar que as classes não são homogêneas, pois, são também, mediadas por essas dimensões (ABEPSS, 2016).

É possível perceber que ela reconhece as opressões que esses grupos mencionados vivenciam, e afirma que elas estão correlacionadas entre si e “mediadas pelas condições de classe”:

A análise de classe – tão cara ao Serviço Social e indispensável para a compreensão do nosso objeto de intervenção profissional, a questão social – se orientada pela perspectiva de totalidade, ancorada no materialismo histórico e dialético, deve partir do entendimento de que as classes não são homogêneas, mas, estruturadas por relações de desigualdades, permeadas por antagonismos consolidados ao longo de uma história não apenas capitalista, mas racista, patriarcal, heterossexista e

adultocêntrica que produz e reproduz discriminações, preconceitos, violências e violações de direitos (ABEPSS, 2016).

Sobre a formação profissional, afirma que ela deve estar “associada a uma consciência de classe antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista, assim como vinculada às lutas dos movimentos sociais (negras/os, indígenas, feministas, LGBTs e outros)”. Portanto, considera que essas temáticas “não devem estar presentes em apenas um componente obrigatório, mas em toda a formação profissional”. Por último traz algumas sugestões:

A inclusão, nos conteúdos curriculares obrigatórios, do debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça, sexualidade e geração de forma correlacional e transversal. -A realização de, no mínimo, uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da(o) estudante no campo de estágio. Aqui, ressaltamos, ainda, as Leis 10. 639/03 e 11645/2008, assim como a Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação- CNE/MEC, no que diz respeito à incorporação obrigatória do tema sobre relações étnico raciais nos currículos. - O estímulo à realização de debates, eventos, oficinas e seminários temáticos sobre as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. - Apoio aos movimentos sociais e espaços de lutas anticapitalistas, antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista, por meio de parcerias, projetos de extensão, pesquisa, entre outros. - A promoção de espaços de estudos e pesquisas sobre o sistema capitalista-patriarcal-racista-heterossexista e adultocêntrico (ABEPSS, 2016).

A construção coletiva de proposta de formação acadêmica do serviço social, defende a “universidade pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interesses da coletividade e enraizada na realidade regional e nacional (IAMAMOTO, 2014, p.625)”. Mas, infelizmente há uma tendência de tornar a universidade como um projeto mercantil e empresarial, estimulando cada vez mais a sua privatização, e conseqüentemente, visando um projeto de aumentar as barreiras de acesso de uma parcela da população.

Como um dos desafios ao Serviço Social, a autora destaca a necessidade de “impulsionar estudos históricos sobre a formação sócio-histórica do Brasil e da América Latina, favorecendo estudos comparados (IAMAMOTO, 2014, p.629)”, o que nos leva a perceber que pouco sabemos sobre a formação sócio-histórica do Brasil e que esse desconhecimento contribui por exemplo, para reforçar o mito da democracia racial. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é: analisar a produção de monografias sobre questão racial no curso de Serviço Social da UNB, de 2007 a 2017, e as suas implicações para a atuação profissional.

METODOLOGIA

A pesquisa social faz parte do serviço social e tem valor central na atuação profissional para aproximação da realidade social, como afirma Guerra (2009): “é, portanto, um processo

sistemático de ações, visando investigar/interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental (GUERRA, 2009, p.815)”.

Dessa forma, este trabalho parte da perspectiva do pensamento decolonial e do pensamento negro contemporâneo (SILVA; SANTIAGO, 2016; REIS; ANDRADE, 2018), pois se considera a trajetória e contribuição de autoras e autores negros que fazem um debate contra-hegemônico na sociedade, e entende-se que os elementos abordados nesses pensamentos contribuíram para o objeto de pesquisa.

Esta pesquisa é de natureza quali-quantitativa que de acordo com Minayo (2006) se caracteriza como:

As abordagens quantitativas e qualitativas exigem teorias e métodos próprios e se prestam a fins de natureza diferenciada: as primeiras visam a dimensionar e a quantificar os dados de processo ou de resultado. E as segundas são apropriadas para aprofundar a história; captar a dinâmica relacional de cunho hierárquico, entre pares ou com a população; compreender as representações e os símbolos e dar atenção, também, aos sinais evasivos que não podem ser entendidos por meios formais (MINAYO, 2006, p.193).

Para este trabalho serão detalhados os resultados da fase quantitativa da pesquisa e o recorte temporal para identificar as monografias defendidas sobre questão racial entre 2007 e 2017.

Os dados utilizados para a análise da produção de monografias foram acessados em duas vias: a primeira, por meio das monografias de 2007 a 2016 que estavam disponibilizadas no Repositório Institucional da UnB. Como as monografias apresentadas no ano de 2017 não disponíveis no repositório foram solicitadas ao Departamento de Serviço Social a lista de monografias apresentadas no referido ano. Após autorização e envio da lista, as monografias foram analisadas em março de 2018. O total de monografias disponibilizadas foi de 499 nos últimos 10 anos. Foram lidos todos os títulos das monografias e em seguida, após identificar aqueles que poderiam estar relacionados com a temática, foram lidos os resumos para identificar as principais características dos trabalhos. No total, foram analisadas 27 monografias que apresentavam a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi encontrado um total de 499 monografias disponíveis no Repositório Institucional da Universidade de Brasília e essas foram disponibilizadas pela Coordenação do Curso, de 2007 a 2017, sendo que 27 monografias apresentavam a temática racial. Na tabela abaixo pode ser observado o quadro anual da produção de monografias. Percebe-se que houve um aumento na quantidade de monografias produzidas, principalmente nos anos de 2015 a 2017.

Tabela1- Número de Monografias Produzidas sobre Questão Racial de 2007 a 2017

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Quantidade	1	2	1	2	0	0	2	0	3	5	11	27

Fonte: Elaboração própria.

Com relação ao recorte metodológico das monografias predominou a pesquisa qualitativa com destaque para as técnicas de entrevista, análise documental e revisão bibliográfica. Houve apenas registro de uma monografia que utilizou pesquisa qualitativa. A distribuição das temáticas foi classificada da seguinte forma, de acordo com a quantidade de produções: Assistência social (4); Educação (7); Formação Profissional (5); Políticas de Promoção da Igualdade Racial (1); Saúde (4); Socioeducativo/Segurança (1), e Trabalho (3).

No que se refere à temática das monografias apresentadas, o tema da Assistência Social discutiu gênero e raça relacionando a dificuldade da abordagem nos Serviços de Referência em Assistência Social (CRAS) e sobre como está a inserção das mulheres negras no Programa Bolsa Família, trazendo os principais aspectos de desigualdades das beneficiárias.

Gentil (2016) apontou alguns desafios na Proteção Social Básica na incorporação de ações que contemplam a questão racial, tendo em vista que ela é uma expressão da questão social, sendo necessário “compreender de que forma a intervenção dos profissionais, especialmente os assistentes sociais, tem contribuído no combate às diversas desigualdades ocasionadas pelo racismo (GENTIL, 2016, p.59)”. Em estudos anteriores na área da assistência social foi possível constatar que o maior público dos Serviços de Proteção Social Básica é de mulheres negras e os profissionais “não problematizam questões de gênero e raça quando se trata de um fator determinante de inserção dos usuários nas ações do CRAS (GENTIL, 2016, p.48)”.

O tema da educação apresentou sete produções ao longo dos anos. Uma monografia estudou gênero e raça no ensino técnico, relacionando acesso e permanência das estudantes, considerando fatores como a inserção das mulheres negras no sistema educacional e no mercado de trabalho. Foram apresentados também dados de como as mulheres negras atingem o maior nível de desemprego e recebem os menores salários apontando também como essas dificuldades influenciam na vida acadêmica de mulheres negras. Quatro monografias abordaram as ações afirmativas, uma no ensino técnico, uma com ex-estudantes cotistas da UNB, uma sobre o movimento negro e o Programa Afroafetividade, e a última sobre a relação entre educação, raça e desigualdade racial.

Cardoso (2008) retoma o papel das políticas de ações afirmativas, como “mecanismos políticos-sociais que objetivam proporcionar igualdade de oportunidades a grupos socialmente marginalizados (p.13)”. A autora traz três principais argumentos que justificam as ações afirmativas: 1) o da justiça histórica, que seria a reparação de danos causados aos negros pela escravidão; 2) o da diversidade, pelo qual a integração de diferentes culturas beneficiaria a sociedade como um todo, e 3) o do combate às desigualdades sociais entre brancos e negros, fruto da discriminação racial persistente no país.

Dentro do tema educação, duas monografias trouxeram o debate da religiosidade na educação, uma trabalhando a intolerância religiosa em escolas públicas e outra inserindo a discussão a partir de livros didáticos. Destaca-se o atual retrocesso a partir da Medida Provisória n. 746 de 2016, para a reestruturação do ensino médio, que tornou a educação das relações étnico-raciais não obrigatória. A Lei 10.639/2013 tornava obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira na educação básica, e teve todos os parágrafos anulados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Agora, com as alterações não é mais obrigatório o ensino desses conteúdos nas escolas, e se com a obrigatoriedade dos conteúdos já era difícil o debate de forma transversal, agora os desafios são ainda maiores.

As monografias que compõem a temática “Serviço Social e Formação profissional” analisaram a interseccionalidade de gênero e raça na publicação de revistas da área do serviço social, e associaram a questão da formação profissional ligada a essa dimensão. Com relação à interseccionalidade, ressalta-se a importância de análises realizadas a partir dessa perspectiva, como afirma Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

Uma monografia também abordou a questão da formação profissional na perspectiva do Racismo Institucional. Outra, analisou a produção científica da questão social negra do serviço social em dois encontros centrais para a categoria: O ENPESS e o CBAS. E por último, foi estudada a questão racial como expressão da questão social.

Sousa e Sousa (2011) identificaram que a maioria dos alunos de serviço social da UNB não escolhe a formação profissional como tema de pesquisa. Sousa (2012) identificou três elementos que contribuem para a baixa produção de TCC na área: “o projeto pedagógico do curso, os núcleos/grupos de pesquisa e programas de pós-graduação da região centrados na política social como área central (SOUSA, 2012, p.66)”. Em um questionário aplicado em 2012 aos estudantes de PTCC e TCC, a autora identificou nas respostas que a maioria dos alunos

que responderam o interesse pelas temáticas do tema de pesquisa justificaram que o interesse surgiu a partir da experiência no estágio supervisionado, porém, ela destaca “que os dados levantados demonstram que o aluno acaba articulando-se ao tema geral discutido em seu campo de estágio desconsiderando o Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional (SOUSA, 2012, p.71)”.

Podemos destacar a importância da pesquisa em serviço social relacionada à questão racial, pois devemos pensar como o exercício profissional tem enfrentado as questões relacionadas ao racismo, tendo em vista que algumas pesquisas têm mostrado que os espaços sócio-ocupacionais em geral, não conseguem lidar com as demandas ligadas à questão racial. É fundamental pensar o exercício profissional e impulsionar pesquisas que reflitam sobre a temática:

Assim, verificamos a necessidade de uma maior discussão do Serviço Social nos Núcleos de Pesquisa e também constatamos a necessidade de mais disciplinas de Serviço Social que possibilitem aos discentes uma reflexão sobre a importância de ter o Serviço Social não apenas como tema de pesquisa, mas como reflexão mesma sobre o próprio exercício profissional. Com isso, é importante ressaltar, que não estamos propondo um retorno a uma perspectiva endógena da profissão, cuja ruptura foi uma grande conquista da nossa categoria. O que queremos é chamar a atenção para o fato de que não adianta termos uma compreensão sobre diversas temáticas se não compreendemos o próprio Serviço Social. Em outras palavras, como podemos considerar um formando de Serviço Social que afirma não ter pela profissão que irá exercer afinidade com o tema (SOUSA, 2012, p. 76).

Uma monografia realizou o trabalho sobre um plano específico sobre a juventude negra na perspectiva de gestores. Souza (2015) estudou a construção da juventude no Brasil, com destaque para a juventude negra, observando que “ser jovem no Brasil sempre foi considerado apenas uma fase transitória para a vida adulta (SOUZA, 2015, p.20)”, e dessa forma, a juventude é muito mais que uma fase transitória e significa que o jovem “deve estar inserido na sociedade como sujeito de direitos (SOUZA, 2015, p.20)”. Esse debate é essencial tendo em vista o processo de genocídio que essa juventude tem sofrido na sociedade brasileira (RAMOS, 2016).

Na temática da Saúde, duas monografias estudaram o Pré-Natal na possibilidade de prevenção à violência obstétrica em mulheres negras e também na perspectiva do acesso aos direitos sociais de gestantes negras. Uma monografia abordou a questão racial e o atendimento de saúde mental no DF, e a última, estudou a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).

Werneck (2016) tem ressaltado alguns desafios para consolidação da PNSIPN e um deles é a baixa produção sobre a temática nos periódicos da saúde e principalmente referente à saúde da mulher negra, que é a mais afetada pelas iniquidades raciais. A autora destaca também que ainda há “um baixo grau de penetração nas instituições de pesquisa dos debates

sobre o racismo, seus impactos na saúde e suas formas de enfrentamento (WERNECK, 2016, p.536)”

Três monografias referentes à saúde surgiram através das experiências do estágio supervisionado, o que indica que o período de estágio influencia nas monografias dos estudantes. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN, 2009) é um instrumento de grande relevância para compreender a situação de saúde da população negra e seus determinantes sociais e deve ser ferramenta de conhecimento das assistentes sociais.

O tema do Socioeducativo foi abordado por apenas uma monografia, que estudou a questão de jovens negras e a produção científica em medidas socioeducativas. A produção teórica acerca da temática ainda é baixa (FREITAS, 2011) e ainda há vários desafios na implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), (AGUINSKY et al, 2014).

Sobre a inserção profissional nesse espaço, vale destacar as contribuições que a categoria pode dar, pois no fazer profissional ela considera a “defesa e garantia dos direitos humanos, tendo em vista o caráter de universalidade, integralidade, interdependência e indivisibilidade de direitos de proteção integral e materialização das políticas públicas e sociais, mediante a articulação e intersetorialidade destas políticas (AGUINSKY et al, 2014, p.7)”

Uma monografia apresentou um estudo sobre a questão racial e os direitos humanos na Polícia Militar. Foram realizadas entrevistas com policiais militares do DF para compreender “a percepção do debate do racismo e dos direitos humanos dentro da corporação”. Esse tema está relacionado ao encarceramento da população, e o Brasil ocupa a quarta maior população prisional do mundo (DEPEN, 2014), sendo que o sistema prisional tem a maioria de jovens do gênero masculino e negros, e no DF 77,9% das pessoas presas são negras. Um dado preocupante trazido na monografia, é que no Brasil, segundo o relatório da Anistia Internacional (2014/15), as forças policiais são as que mais matam no mundo. Apenas no Rio de Janeiro 99,5% de assassinados pela polícia militar entre 2010 e 2013 eram homens, sendo 80% negros (p.68).

O tema Trabalho contou com três monografias que abordaram o tráfico de mulheres, fazendo um diálogo com a questão racial, uma que discutiu a divisão racial e sexual no trabalho doméstico, e uma que discutiu raça e trajetória profissional no setor bancário.

No que se refere ao tema de tráfico de mulheres vale destacar que “O tráfico de pessoas está no cotidiano como um crime silencioso, que retira a dignidade do ser humano, seja mulher ou homem, deixando-o completamente vulnerável (Ministério da Saúde, 2013, p.9)”. O Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas (2012) trouxe dados que, segundo a categoria, raça/cor e gênero, 59% das vítimas são pretas e pardas. Ressalta-se a maior

necessidade de pesquisas na área tendo em vista que já existe uma agenda nacional que pauta a ampliação do debate a partir da aprovação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas, 2012).

Para abordar a questão do trabalho doméstico é essencial falar que historicamente as mulheres negras ocupam esses espaços. Apesar de apenas uma monografia abordar o trabalho doméstico, é importante ressaltar que esse é um tema central quando se fala em trabalho no sistema capitalista, uma vez que não é um trabalho valorizado e reconhecido, e a maior parte é realizado por mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que em 10 anos houve uma baixa produção de monografias sobre a temática racial no curso de Serviço Social, principalmente quando observado que foram apenas 27 monografias sobre a temática num universo de 499 monografias produzidas. Percebe-se a riqueza das temáticas abordadas ao longo dos anos e há suporte teórico que legitima a relevância de cada um desses temas apresentados, que questiona aqueles que dizem que “falar de raça é muito complexo”. O que parece é que a complexidade está na branquitude rever seus privilégios. Pelo que foi observado, há uma tendência que essa temática continue sendo produzida e é relevante o monitoramento e análise dessas monografias.

Sugere-se para estudos futuros pesquisas para verificar como tem ocorrido a articulação com os movimentos sociais nos espaços de lutas anticapitalistas, antirracistas, antipatriarcais e anti-heterossexistas, o que é uma recomendação das entidades, que aconselham que sejam realizadas parcerias com projetos de extensão e pesquisa.

Apesar das entidades representativas do serviço social se posicionarem sobre a relevância da temática em diversos espaços, ainda há muito para se alcançar, tendo em vista a importância social que é assumir o enfrentamento do racismo em suas dimensões, pois as iniquidades raciais ainda persistem de maneira devastadora. Portanto, o presente estudo defende a relevância da análise da questão racial no curso de serviço social, não apenas na UNB, mas para possibilitar uma ampliação do debate em outras instituições de ensino superior, tendo em vista que a questão racial tem ocupado lugar subalterno na formação e produção de conhecimento dos estudantes.

Sendo assim, é preciso situar a formação no contexto nacional de desmonte das políticas sociais e constante ameaça aos direitos sociais, pois sabemos qual é o direcionamento do Estado como justificativa de enfrentar a crise do capital. Esse direcionamento está voltado cada vez mais ao aumento da privatização, tentativa de

derrubada da Seguridade Social, retomando a questão social vista como “caso de polícia” e aumentando ainda mais as opressões de gênero, cor/raça e classe (SILVA, 2016).

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Institucional, Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/quem-somos-1>>. Acesso em: 03 nov. 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **As cotas na pós-graduação**: orientações da ABEPSS para o avanço do debate, 2017. Disponível em <<http://www.abepss.org.br/noticias/ascotasnaposgraduacaoorientacoesdaabepssparaoavancododebate-97>> Acesso em: 03 nov.2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades**, 2016. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/noticias/apresentacao-graduacao-15>> Acesso em: 03 nov.2017.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília-DF: 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 10 set. 2017.
- BRASIL. **Lei de Regulamentação da profissão de Assistente Social, no 8.662 de 07 de junho de 1993**. Brasília, 1993.
- _____. **Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm> Acesso em: 03 nov.2017.
- BRASIL. **Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962**. Regulamenta a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social. Brasília, 1962. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=374101&id=14234605&idBinario=15794702&mime=application/rtf>> Acesso em: 03 nov.2017.
- BRASIL. **Saúde, migração, tráfico e violência contra mulheres**: o que o SUS precisa fazer: caderno pedagógico/Ministério da Saúde, Universidade de Brasília. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_migracao_trafico_violencia_fazer.pdf> Acesso em: 19 maio 2018.
- BRASIL. **O Relatório Nacional sobre o tráfico de pessoas**: dados de 2012. Escritório das Nações Unidas. Brasília, 2012. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/relatorio-dados-2012.pdf>> Acesso em: 19 mai. 2018.

BRASIL. **Medida Provisória, MPV 746/2016**. Brasília, 2016. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm> Acesso em: 19 maio 2018.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso em 19 mai. 2018.

CARDOSO, C.B. **Efeitos da Política de Cotas na Universidade de Brasília: uma Análise do Rendimento e da Avaliação**. 2008. 134 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2008
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética do Assistente Social. Aprovado pela Resolução CFESS n. 273. Brasília, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS Manifesta. Gestão Atitude Crítica para Avançar (2008-2011). Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA_ATITUDECRITICA\(2008-2011\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA_ATITUDECRITICA(2008-2011).pdf)> Acesso em: 03 nov.2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS MANIFESTA Dia da Consciência Negra. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2013cfessmanifesta_consciencianegra.pdf> Acesso em: 03 nov.2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>>. Acesso em: 3 nov.2017.

Conselho Federal de Serviço Social.. Manifesto CFESS, ABEPSS, ENESSO. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cartaentidades_CFESS-ABEPSS-ENESSO_FINAL.pdf>. Acesso em: 3 nov.2017.

CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES. Racismo Institucional: Fórum de Debates- Educação e Saúde. p.81. 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem**. Florianópolis. v. 10, n. 1, p. 171-188. Jan. 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> > Acesso em: 11 jul. 2018.

FREITAS, T.P. Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 105, p. 30-49, jan./mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282011000100003&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 19 mai. 2018.

GENTIL, T.C.B. **Análise da dimensão racial nas ações da Proteção Social Básica em Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do Distrito Federal**. 2016. f. 64. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.p.807-825.

IAMAMOTO, M.V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

JACCOUD, L. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial In: THEODORO, M. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p. 135-170. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf> Acesso em 19 mai. 2018.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; 2006.

RAMOS, D.O. **A Branquitude como uma estrutura e a Questão Social Negra no Brasil**: a análise da produção científica do Serviço Social no ENPES e CBAS. Monografia (Bacharelado em Serviço Social)- Universidade de Brasília, 2016.

REIS, M.N; ANDRADE, M.F.F. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Rev. Espaço Acadêmico**. v.17, n.202. p.1-11. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41070>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

SILVA, C; SANTIAGO, E. Pensamento negro e educação intercultural no Brasil. **Rev. Interterritórios**, v.2, n.3, p.78-100. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/interterritorios/article/view/8691/0>> Acesso em: 11 jul. 2018.

SOUSA, D.M; S, A. **Formação Profissional**: uma análise dos debates dos discentes nos Trabalhos de Conclusão de Curso do Curso de Serviço Social da UNB. Pesquisa de Iniciação Científica. Brasília: DPP, (2011).

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.